

DEFENSORIA PÚBLICA:
EDUCAÇÃO EM DIREITOS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

eixo

comunidade

Transformação Social



Projeto
**CONHECER
DIREITO**

PROJETO
**DIREITO
PARA A
LIBERDADE**

PROGRAMA
**COMUNICAÇÃO
RESTAURATIVA**
O diálogo que transforma



PAI Programa de
Atendimento
Integrado

PROGRAMA
**Cidadania
bilingue**



Projeto
RENOVAÇÃO

Cidadania para pessoas em situação de vulnerabilidade social



DEFENSORIA PÚBLICA: EDUCAÇÃO EM DIREITOS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. Esse é o propósito da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e é em razão dele que a expressão “assistência jurídica integral e gratuita” melhor se concilia com o que define a Constituição Federal: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como a composição de um órgão estatal cuja atribuição é concretizar o direito de acesso à Justiça, fundamental para a conquista da cidadania.

À uma Defensoria Pública eficaz (eficácia entendida como a consolidação da cidadania) o que se impõe é procurar entender os porquês da desordem social e enxergar e trabalhar o Direito como um meio de transformação social. Para tanto, deve atuar ativamente, já que a desigualdade social, antes de tudo, é a desigualdade de informações.

Tal atuação abrange a **EDUCAÇÃO EM DIREITOS**, que representa uma das principais funções institucionais da Defensoria Pública. Essa educação acontece quando a Defensoria Pública apresenta-se à população para auxiliá-la na conscientização cidadã acessível, ampliada e crítica.

Acessível, prática e didática, longe do complexo “juridiquês”. Ampliada, não limitando-se a informar direitos e deveres imediatos. Crítica, ao tratar das relações de poder que lhe afetam e dos temas sensíveis às minorias.

É quando os protagonistas do Estado, isto é, o povo passa a compreender os direitos que têm, os respectivos meios de sua efetivação, o significado social de suas limitações, as relações de poder vigentes, além de cultivar o respeito e a manutenção dos ideais democráticos.

Em outras palavras, é quando o povo redescobre o Estado e, assim, desmonta-se o monopólio da informação qualificada. Transformação social só pode ser obtida por meio de **BUSCA ATIVA** e ações coletivas que não se atenham a processos junto ao Judiciário.

Costumes e hábitos enraizados na sociedade motivam fatos e comportamentos que geram processos judiciais que inundam o Poder Judiciário sem qualquer efetividade. Não se combate esse ciclo com nenhuma outra arma que não seja educação.

Aliás, se o Estado é social, o direito à educação foi consagrado como um direito social, e o sistema de Justiça brasileiro compõe o Estado, é fundamental que se abandone a atuação burocrática para aproximar-se do povo e perceber as razões dos conflitos sociais. No Brasil, onde o índice de analfabetismo e a carência de informações são altíssimos, a atuação da Defensoria Pública com políticas públicas em educação é um **DEVER-PODER.**

A educação em direitos é o que mais se aproxima o cidadão da verdadeira consolidação da cidadania e da busca pela transformação social. Portanto, cabe à Defensoria Pública conscientizar as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social e jurídica que o combate à desigualdade é uma questão de educação emancipadora.



DEFENSORIA PÚBLICA:
EDUCAÇÃO EM DIREITOS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL



eixo

comunidade

Transformação Social

EASJUR
cumprindo direito o dever de educar

A **ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA DPDF** (Easjur) assume papel fundamental nessa tarefa, enquanto órgão incumbido da missão de desenvolver pessoas por meio da produção e disseminação de conhecimento.

Nesse sentido, a Easjur promove atividades gratuitas de educação em direitos juntos aos jovens, às famílias, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, aos gestores, professores e funcionários da comunidade escolar, às pessoas surdas, aos intérpretes de Libras, aos conselheiros tutelares, além de outros setores organizados da comunidade, visando criar protagonistas sociais. A ideia é implementar a cultura da informação qualificada para a transformação da sociedade.

Esse conjunto de atividades denomina-se “EIXO COMUNIDADE”. Para possibilitar a realização dessas iniciativas, a Escola mantém cooperações técnicas com instituições de ensino, órgãos públicos e privados e entidades cuja atuação tenha afinidade com a responsabilidade social e com a missão institucional da DPDF. Conheça as atividades do EIXO COMUNIDADE:



Projeto
**CONHECER
DIREITO**



Projeto
**CONHECER
DIREITO**

PROJETO CONHECER DIREITO Oito anos de história: socialização de conhecimento jurídico básico a estudantes da rede pública de ensino médio do Distrito Federal.

É uma ação educacional em direitos voltada à cidadania e à prática do princípio da fraternidade, que tem como público-alvo jovens da rede pública de ensino, preferencialmente das últimas séries do Ensino Médio.

A iniciativa tem por objetivo promover o desenvolvimento do protagonismo do jovem na condição de cidadão e membro de uma família, além de contribuir para o seu desempenho escolar e profissional, a partir do conhecimento sobre os seus direitos e deveres.

Busca-se educar com base em situações e questões às quais qualquer pessoa está submetida, mas que a maioria não possui o mínimo conhecimento sobre. A DPDF acredita que a instrução sobre as relações sociais e as relações de poder vigentes geram efeitos culturais imensuráveis e geram uma nova forma de convivência, na qual prevalece a prática do respeito e o fomento do protagonismo social.



Projeto
RENOVAÇÃO

Cidadania para pessoas em situação de vulnerabilidade social



PROJETO RENOVAÇÃO: promoção de cidadania e saúde mental. Considerando que as condições sociais, a situação econômica, o ambiente, o modo como a pessoa vive e a saúde mental são composições inseparáveis, a efetividade de qualquer ação de saúde mental no contexto de extrema vulnerabilidade social torna-se um grande desafio.

A prática revela que é possível atuar na promoção da cidadania e saúde mental das pessoas em situação de vulnerabilidade social e capacitá-las para o bom convívio social e para o mercado de trabalho. Esse projeto visa desenvolver competências e criar estratégias de promoção de cidadania e de saúde mental com a finalidade de contribuir para uma atmosfera de cooperação e de valorização das relações interpessoais, especialmente em relacionamentos conflituosos na rua e no ambiente de trabalho.

À medida que proporcionamos diálogos e treinamentos que permitam desenvolver a capacidade de reflexão e autoconhecimento, possibilita-se o resgate de princípios, valores e desejos, ou mesmo a reconstrução da autoestima e o desenvolvimento de projetos de vida. Os conhecimentos adquiridos nessa formação dão ainda condições para que as pessoas apliquem os conceitos aprendidos no cotidiano do trabalho e na sua vida de um modo geral, possibilitando, ainda, a disseminação desse conhecimento para um número maior de pessoas que envolvam o seu ciclo de convivência.



PROGRAMA **Ciudadania**
bilingue





PROGRAMA CIDADANIA BILÍNGUE: capacitação jurídica de intérpretes de Libras como instrumento de cidadania multiplicativa.

Um dos principais desafios observados pelos intérpretes de Libras-Português na atuação em delegacias, defensorias, fóruns e promotorias é o modo como o conhecimento jurídico é enunciado pelos diferentes envolvidos nas interações.

O programa tem o objetivo de tornar esse conhecimento acessível aos intérpretes, para que compreendam e tomem as decisões necessárias no processo de interpretação do Português para Libras e possam fazer a diferença na vida de milhares de pessoas surdas.

A iniciativa consiste na educação dos intérpretes em direitos e deveres, bem como sobre a rede de atendimento jurídico e social no Distrito Federal, além de atividades práticas em mediação e conciliação, envolvendo, para tanto, a Defensoria e a Universidade.



PROJETO
**DIREITO
PARA A
LIBERDADE**





P R O J E T O DIREITO PARA A LIBERDADE



PROJETO DIREITO PARA A LIBERDADE: renovação fraterna do sistema socioeducativo por meio da educação em direitos, da conscientização e da promoção da dignidade humana.

O objetivo do projeto é promover a cidadania, a justiça e o respeito, por meio da educação em direitos, a adolescentes e jovens vinculados a medidas socioeducativas de internação, além de apresentar o papel do Estado e das instituições que têm o dever de protegê-los e promover a sua reinserção social.

A proposta é ressignificar o conjunto de valores e princípios desse público no dia a dia, por meio da oferta de uma formação baseada no respeito, na dignidade, na honestidade, no autocontrole e na fraternidade – fatores fundamentais para a convivência em qualquer nível social – aproximando os jovens do Estado social. Em suma, o projeto busca a mudança da cultura do litígio para a prática do respeito, isto é, o exercício da prevenção nas mãos da educação em direitos.

Entre os conteúdos está a legislação em direitos à saúde, à vida, à educação, à igualdade e ao trabalho, entre outros. Também são abordados temas como fraternidade e cidadania, destacando o conhecimento sobre instituições como a Defensoria Pública, os Poderes e os movimentos sociais.

P R O G R A M A

COMUNICAÇÃO RESTAURATIVA

O diálogo que transforma





PROGRAMA COMUNICAÇÃO RESTAURATIVA: capacitação básica em Comunicação Não-Violenta a gestores, pais, alunos, professores, orientadores e funcionários da comunidade escolar.

O programa Comunicação Restaurativa foi lançado em junho de 2018, na Escola Classe nº 12, na Ceilândia, com a proposta de oferecer aos gestores, pais, alunos, professores, orientadores e funcionários da comunidade escolar uma capacitação básica em Comunicação Não-Violenta.

O objetivo é que cada escola, de acordo com seu projeto político pedagógico, utilize a Comunicação Não-Violenta como instrumento para fortalecer os projetos já existentes ou criar novas propostas, favorecendo a diminuição dos conflitos não só no ambiente escolar, mas também em casa. Por isso a inserção dos pais e alunos na capacitação.

A Comunicação Não-Violenta é uma técnica desenvolvida na década de 60 pelo psicólogo americano Marshall Rosenberg, que apoia o estabelecimento de relações de parceria e cooperação, em que predomina uma comunicação eficaz e com empatia. Essa técnica é hoje utilizada em mais de 65 países.

Essa metodologia já era adotada no projeto Comunicação Não-Violenta, que existe desde 2016. O programa Comunicação Restaurativa traz o diferencial de atender não somente servidores das escolas, mas também pais e alunos da comunidade.



PAI Programa de Atendimento Integrado

PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRADO: canal direto da DPDF com a rede de conselheiros tutelares, visando uma melhor atuação em conflitos comunitários que envolvam a família, crianças e adolescentes.

O programa é voltado para a capacitação de conselheiros tutelares que, orientados sobre temas relacionados às suas atribuições e à rede de atendimento da Defensoria Pública do DF, terão canal direto para orientar a comunidade na busca de atendimentos diversos junto à rede pública, direcionar demandas aos defensores públicos do DF e auxiliar a instituição em conflitos comunitários que envolva a família, criança e adolescente. A iniciativa possibilita a construção conjunta do fluxo de atendimento integrado, priorizando os casos de solução consensual, visando à desjudicialização e à pacificação social.

A primeira etapa consiste na capacitação dos conselheiros tutelares sobre temas afetos ao seu trabalho diário, bem como sobre a rede qualificada de atendimento da Defensoria Pública e do sistema público em geral. Com isso, cada conselheiro terá condições de atuar de maneira conjunta com a Defensoria Pública no manejo de casos de família, criança e adolescente, direcionando demandas e auxiliando a comunidade e a instituição.

DEFENSORIA PÚBLICA: EDUCAÇÃO EM DIREITOS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL



c o m u n i d a d e

— Transformação Social —



PAI Programa de
Atendimento
Integrado

